

Relatório da Administração - 2018 Enel Cien S.A.

30 de abril de 2019

PERFIL

A Enel Cien tem sede em Niterói (RJ) e unidade operacional na cidade de Garruchos (RS). A Companhia realiza atividades de conversão e transmissão de energia elétrica, através da operação de rede de transmissão entre a Argentina e o Brasil.

A Enel Brasil tem 100% de participação na companhia, que é uma sociedade anônima de capital fechado.

Seus principais ativos são as Interconexões Energéticas Garabi I e II, que ocupam uma área de 600 mil m2 em Garruchos e possui linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão.

Os sistemas possuem capacidade total de conversão e transmissão de 2.200 MW e estão aptos a transferir energia do Brasil para a Argentina e vice-versa.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida – RAP, pela ANEEL, que sofre reajuste anual e a cada quatro anos a Companhia fica submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da referida RAP.

A equiparação comercial e técnica da Companhia à transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tem prazos definidos, sendo de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2018	2017	Variação	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-	0,0%
Energia Transmitida (GWh)	266	225	41	18,4%
Investimento Total (R\$ mil)	7.221	9.628	(2.408)	-25,0%



Número de Colaboradores

	2018	2017	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	34	35	(1)	-2,9%
Número de colaboradores parceiros	71	88	(17)	-19,3%
Total	105	123	(18)	-14,6%

DESEMPENHO OPERACIONAL

A disponibilidade de energia de 2018 foi de 99,19% (99,20% em 2017). Esta redução de disponibilidade não foi relevante, e foi decorrente da queda de uma torre da linha de transmissão de 525 kV causada por tornados.

O intercâmbio de energia no ano de 2018 foi de 266 GWh, superior ao de 2017 (225 GWh). Do montante realizado em 2018, 100% foi relacionado a importação de energia, devido às necessidades do SIN (Sistema Interligado Nacional).

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2018 somaram R\$ 7,2 milhões, contra R\$ 9,6 milhões em 2017. Parte do investimento de 2018, se deve a manutenção e aquisição de equipamentos técnicos (R\$ 6,5 milhões), e a outra parte foi aplicada no sistema de proteção contra incêndio de Garabi (R\$ 0,7 milhões).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Enel CIEN tem a sustentabilidade na estratégia do seu negócio e sempre busca conhecer as necessidades e expectativas do público das suas áreas de influência para a efetiva ação social e apoio ao desenvolvimento regional. Desta forma, busca assegurar a integração da sustentabilidade em toda cadeia de valor, adotando a abordagem de Criação de Valor Compartilhado no desenvolvimento de seus projetos, reforçando o enraizamento local. A análise de contexto socioeconômico, os diálogos com os diferentes públicos da região, além de pesquisas de opinião são os principais instrumentos para desenvolvimento de projetos, ações e formas de integração com seus públicos. São promovidos contatos sistemáticos com líderes locais para identificação de necessidades e expectativas, levantamento de informações e avaliações dos projetos, acompanhados por meio de indicadores para a construção de valor compartilhado.



O compromisso da Enel Cien com o desenvolvimento sustentável nos negócios se manifesta nessas diferentes ações e sistemas e também no seu compromisso com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A Enel tem metas diretas para quatro ODS: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), buscando assim a geração de valor compartilhado entre a empresa e seus stakeholders.



Em 2018, os projetos da Enel Cien representaram um investimento em torno de R\$170 mil, que beneficiaram cerca de 12.500 pessoas. Durante o ano, foram executados 11 projetos, com destaques para:

Enel Compartilha Oportunidade: O programa auxilia na promoção do desenvolvimento socioeconômico das regiões onde a empresa atua por meio de formação técnica para empregabilidade para jovens e adultos, além de incentivar a integração entre empregadores das empresas contratadas em sua cadeia de valor com outras empresas da região. O programa ainda auxilia os participantes na identificação de outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e auxiliando-os na busca de colocação profissional. Em 2018, 30 jovens foram beneficiados.

Enel Compartilha Cultura: O programa promove diversas iniciativas de apoio à cultura, envolvendo atividades relacionadas à leitura, literatura, teatro e dança. Em 2018, foram apoiadas 3 iniciativas locais, entre elas o projeto Valorização da Dança Gaúcha.

Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil, por meio da criação de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos com esse foco, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 28 escolas participantes. O programa promove ainda o acesso à cultura, fortalecimento da cidadania e inclusão social dos beneficiados.

Rede do Bem – Programa de Voluntariado Enel Brasil: Desde 2012, a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. O ano de 2018 foi marcado pelo lançamento da ação Mulheres de Energia, em que colaboradoras engenheiras voluntárias se encontram com alunas de escolas e faculdades para encorajar as jovens a seguirem carreiras técnicas e de exatas, que são áreas, hoje, predominantemente masculinas e que carecem de mulheres atuantes. Além dessa ação, os voluntários também participaram de doação de alimentos, materiais de limpeza, brinquedos e agasalhos, festas do dia das crianças e de natal. Na Enel CIEN 26 voluntários engajaram-se e 500 pessoas foram beneficiadas.

Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser – Sustentabilidade em Rede": Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2018 temas como direitos humanos, multiculturalidade, educação financeira, ética, voluntariado e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas 32 atividades, durante os quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

_



Em 2018 a companhia passou por um processo de recertificação das normas ISO 14001, OHSAS 18001, com ampliação de escopo nas duas normas, acrescentando ainda a norma ISO 9001 e a nova norma ISO 5001 (Gestão de Eficiência Energética), dentro de um sistema de gestão integrado.

Além disso, a Enel CIEN colabora com unidades de preservação no Estado do Rio Grande do Sul.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Sustentabilidade

Guia Exame de Sustentabilidade 2018 – A Enel Brasil recebeu dois prêmios oferecidos pela Revista Exame: Empresa Mais Sustentável do Setor Elétrico e Empresa Mais Sustentável do Brasil. O investimento massivo nas fontes renováveis de energia, a preocupação constante com as alterações climáticas e o desenvolvimento de mais de 250 projetos de geração de renda, eficiência energética, educação e reciclagem, levaram a empresa a receber esse reconhecimento. A Eletropaulo foi reconhecida como melhor empresa na categoria "Ética e Transparência".

Empresa Pró-Ética 2017/2018 - A Enel Brasil se mantém como uma das 23 empresas reconhecidas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) como uma empresa referência no questionário Empresa Pró-Ética, em sua segunda participação. A banca avaliadora inclui o Instituto Ethos, B3 (antiga BMF & Bovespa), Instituto ETCO e outras instituições relevantes. A nova avaliação será feita em 2019.

Empresa Amiga da Criança: A Enel Brasil recebeu pelo 3º ano consecutivo este selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Composição Acionária	2018		2017	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	285.044.681	100,00%	285.044.681	100,00%
Não Controladores	1	0,00%	1	0,00%
Total	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva

Guilherme Gomes Lencastre
Raffaele Enrico Grandi
Guilherme Gomes Lencastre
Raffaele Enrico Grandi
Janaina Savino Vilella Carro
Carlos Ewandro Naegele Moreira
Déborah Meirelles Rosa Brasil
José Nunes de Almeida Neto
Anna Paula Hiotte Pacheco
Margot Frota Cohn Pires

Descrição do Cargo

Diretor Presidente

Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Operações

Diretor Administrativo

Diretora de Comunicação

Diretor de Recursos Humanos e Organização

Diretora Jurídica

Diretor de Relações Institucionais

Diretor de Regulação

Diretora de Compras

Conselho de Administração

Presidente Vice-Presidente Conselheiro

Membros

Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque Julia Freitas de Alcantara Nunes Victor Hugo Balbotin Artus

Contador Responsável

Franklin Natanael da Silva - CRC RJ 093216/O-0

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Cien S.A.

31 de dezembro de 2018 com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanços patrimoniais regulatório	5
Demonstrações do resultado regulatório	7
Demonstrações do resultado abrangente regulatório	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório	
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório	
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da Enel Cien S.A. Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Cien S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Enel Cien S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

A Enel Cien S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 20 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Marcelo Felipe L. de Sá Contador CRC-1RJ094644/O-0

Enel Cien S.A.

Balanços patrimoniais regulatório Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	75.790	37.620
Títulos e valores mobiliários	6	36.170	7.779
Concessionárias e permissionárias	7	32.765	35.121
Tributos a compensar	8	10.475	13.868
Outros créditos		8.341	9.871
Total do ativo circulante	_	163.541	104.259
Não circulante			
Tributos a compensar	8	25.098	25.098
Depósitos judiciais e cauções		623	578
Empréstimos com partes relacionadas	14	-	232.115
Outros créditos		3.785	3.232
Imobilizado	10	813.469	888.748
Intangível	11	26.798	26.300
Total do ativo não circulante	_	869.773	1.176.071
Total de etimo	_	4 000 044	4 000 000
Total do ativo	_	1.033.314	1.280.330

	Notas	2018	2017
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	12	14.597	12.692
Empréstimos e financiamentos	13	-	5.418
Salários, provisões e encargos sociais		2.411	2.802
Obrigações fiscais		10.338	9.831
Dividendos a pagar		43.504	-
Outras obrigações	_	16.249	16.936
Total do passivo circulante		87.099	47.679
Não circulante			
Fornecedores	12	56.939	91.667
Empréstimos e financiamentos	13	-	88.767
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	10.939	16.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	74.605	51.360
Perda de investimento	9	144.055	212.267
Outras obrigações		3.785	3.232
Total do passivo não circulante	_	290.323	463.871
Patrimônio líquido	17		
Capital social		285.045	285.045
Reserva de reavaliação		140.757	279.590
Outros resultados abrangentes		54.672	145.504
Reservas de lucros		175.418	58.641
Total do patrimônio líquido	_	655.892	768.780
Total do passivo e do patrimônio líquido	_	1.033.314	1.280.330

Demonstrações do resultado regulatório Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Receita operacional bruta			
Disponibilização do sistema de transmissão		346.914	324.971
.,	_	346.914	324.971
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
Federais			
PIS		(5.724)	(5.362)
Cofins		(26.365)	(24.698)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(3.014)	(2.832)
Reserva global de reversão - RGR		(9.231)	(7.766)
Taxa de fiscalização - TFSEE	_	(1.193)	(1.136)
		(45.527)	(41.794)
Receita operacional líquida	18	301.387	283.177
Custos e despesas		(5.005)	(0.440)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	40	(5.825)	(8.440)
Pessoal e administradores	19	(12.867)	(10.995)
Serviços de terceiros Depreciação e amortização		(18.013) (81.912)	(17.133) (102.475)
Outras despesas operacionais		(837)	(7.406)
Outras despesas operacionais	_	(119.454)	(146.449)
Resultado da atividade	-	181.933	136.728
Noodhado da annadao	_	1	100.120
Equivalência patrimonial		(150.962)	(76.835)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	20	(66.341)	(57.307)
Receitas financeiras	20	181.943	87.213
		115.602	29.906
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	_	146.573	89.799
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(77.339)	(65.863)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(23.244)	8.853
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	45.990	32.789
Atribuível Aos:	_		
Acionistas controladores		45.990	32.789
Acionistas controladores (em reais)		0,00016	0,00012
Acionistas hao contidiadores (em reais)		0,00010	0,00012
Lucro por ação originado das operações Básico - prejuízo de operações		0,1636394600	0,1166682812
Atribuíveis a acionistas controladores		0,1636394594	0,1166682808
Detentores de ações ordinárias		0,1636394600	0,1166682812
Diluído - prejuízo de operações		0.4000004504	0.440000000
Atribuíveis a acionistas controladores		0,1636394594	0,1166682808
Detentores de ações ordinárias		0,1636394600	0,1166682812

Demonstrações do resultado abrangente regulatório Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	45.990	32.789
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	(90.832)	31.143
Outros de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de impostos	(44.842)	63.932
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(44.842)	63.932

Enel Cien S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

			Res	servas de Lucros					
	Notas	Capital social	Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Reserva de reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prezuizo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		285.045	30.910	20.120	27.650	284.882	114.361		762.968
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	17	-	-	-	-	-	31.143	-	31.143
Aprovação de dividendos propostos	17	-	-	(20.120)	-	-	-	-	(20.120)
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	16.970	-	(16.970)	-
Realização da reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	(49.912)	-	49.912	-
Lucro do exercício	17	-	-	-	-	-	-	32.789	32.789
Destinações:									
Reserva legal	17	-	3.287	-	-	-	-	(3.287)	-
Dividendos intercalares	17	-	-	-	-	-	-	(38.000)	(38.000)
Divididendos adicionais	17			24.444	-			(24.444)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		285.045	34.197	24.444	27.650	251.940	145.504		768.780
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	17	-	-	-	-	(98)	(90.832)	-	(90.930)
Aprovação de dividendos propostos	17	-	-	(24.444)	-	-	-	-	(24.444)
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	7.881	-	(7.881)	-
Realização da reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	(23.178)	-	23.178	-
Lucro do exercício	17	-	-	-	-	-	-	45.990	45.990
Destinações:									
Reserva legal	17		9.159					(9.159)	-
Reserva de capital de giro					(121.887)			121.887	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	-	(43.504)	(43.504)
Divididendos adicionais	17			130.511				(130.511)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		285.045	43.356	130.511	(94.237)	236.545	54.672		655.892

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluve de seive des stilidades energiansis		
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício	45.990	32.789
·	45.990	32.709
Ajustes para reconciliar o lucro (Prejuízo) com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	81.912	102.503
Depreciação e amortização Provisão (reversão) das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6.901)	664
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.872	910
Tributos e contribuições social diferidos	23.244	(8.853)
Encargos financeiros e variação cambial	(74.169)	(13.135)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	3.014	2.832
Programa de pesquisa e desenvolvimento		
Resultado de equivalência patrimonial	150.962	76.835
(A	225.924	194.545
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	404	(0.057)
Contas a receber	481	(3.057)
Tributos a compensar	3.393	13.293
Depósitos vinculados a litígios	(46)	(27)
Outros créditos	978	(3.212)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	(22.222)	(2 =22)
Fornecedores	(32.823)	(2.739)
Obrigações fiscais	507	504
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(324)
Outras obrigações	(3.251)	2.301
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	195.163	201.284
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(28.391)	2.506
Aquisição de ativos imobilizado e intangível	(7.221)	(9.627)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(35.612)	(7.121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de mútuos	(80.710)	(99.868)
Pagamento de juros de mútuos	(1.820)	(18.564)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(13.499)	(5.348)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(908)	(1.311)
Dividendos pagos	(24.444)	(64.827)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(121.381)	(189.918)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	38.170	4.245
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.620	33.375
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	75.790	37.620

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Enel Cien S.A. ("Companhia" ou "CIEN"), com sede no município de Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida ("RAP"), pela ANEEL.

A cada quatro anos a Companhia é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 30 de abril de 2019.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela "ANEEL".

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida por meio de um contrato de concessão e feita por linhas e subestações que integram a rede básica, bem como por outras instalações reguladas ou não, suportadas, normalmente, por contratos bilaterais.

De acordo com as normas regulatórias, que definiram os requisitos para classificação de instalações de transmissão, ficou estabelecido que, integram a rede básica as linhas de transmissão, os barramentos, os transformadores de potência e os equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV integrantes do sistema interligado, com exceção das seguintes instalações e equipamentos:

- Instalações de transmissão, incluindo as linhas de transmissão, transformadores de potência e suas conexões, quando destinadas ao uso exclusivo de centrais geradoras ou de consumidores, em caráter individual ou compartilhado;
- ii. Instalações de transmissão de interligações internacionais e suas conexões, autorizadas para fins de importação ou exportação de energia elétrica; e
- iii. Transformadores de potência com tensão secundária inferior a 230 kV, inclusive a conexão.

Estabeleceu, ainda, que todas as instalações já classificadas anteriormente como integrantes da Rede Básica e que se enquadrem nas exceções listadas deverão ser reclassificadas, a partir de 1º de janeiro de 2003, como instalações de uso exclusivo dos respectivos usuários, em caráter individual ou compartilhado.

As Outorgadas deverão manter controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão (que não sejam integrantes da rede básica).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, fazse necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Para melhor entendimento do leito, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 25.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Cien. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações contábeis são convertidas para o Real na data do fechamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias individuais e consolidadas emitidas em 20 de fevereiro de 2019, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1.1. Imobilizado

4.1.1.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição, acrescidos do valor de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL n°674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.1.1.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do cálculo do preço teto da Receita Anual Permitida (RAP) nas concessões de transmissão de energia elétrica.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

4.1.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL n°674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.1.3. Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL, Resolução Normativa no 396, de 23 de fevereiro de 2010, para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao servico concedido.

Com base na segunda revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº 139/15, a Companhia registrou em 2015 a reavaliação regulatória.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

4.1.4. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

4.1.5. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.1.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Os pronunciamentos (i) CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e (ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros entram em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia não adotou estas normas para fins de preparação das demonstrações contábeis regulatórias, visto que estes pronunciamentos ainda não foram aprovados pelo órgão regulador (ANEEL).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas correntes bancárias Total de caixa e contas correntes bacárias	858 858	245 245
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	47.557	29.810
Operações compromissadas		131
Total das aplicações diretas	47.557	29.941
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-
Operações compromissadas	27.375	7.434
Total de fundos exclusivos	27.375	7.434
Total	75.790	37.620

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e com risco insignificante de perda de valor. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

31/12/2018	31/12/2017
1.460	1.623
34.710	5.346
	810
34.710	6.156
36.170	7.779
	1.460 34.710 - 34.710

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pósfixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Concessionárias e permissionárias

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de revendedores Contas a receber com partes relacionadas (vide nota 14) Subtotal	27.795 3.307 31.102	404 - 404	204.355	232.554 3.307 235.861	234.387 1.958 236.345
Provisão para créditos de liquidação duvidosa Total	(1.872) 29.230	404	(201.224) 3.131	(203.096)	(201.224) 35.121

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(201.224)	(1.872)	(203.096)

8. Tributos a compensar

	Circ	ulante	Não ciro	rculante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
PIS e COFINS (a)	1.701	1.997	25.098	25.098	
Créditos de ICMS	1	23	-	-	
Imposto de renda e contribuição social (b)	8.773	11.848			
Total	10.475	13.868	25.098	25.098	

⁽a) Os valores de PIS e COFINS a compensar, no montante total de R\$26.799 em 31 de dezembro de 2018 (R\$27.095 em 2017), se referem principalmente aos pagamentos a maior de PIS e COFINS realizados em anos anteriores.

Como consequência, a Companhia entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal para proceder à compensação dos mesmos.

⁽b) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), além do saldo do imposto de renda pagos antecipadamente.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pago antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

	_						3	31/12/2018					
	Quantidade de ações	Capital Social		Patrimônio Líquido	Participação no capital %	Resultado do Exercício	Variação Cambial	Equivalência patrimonial	Efeito da norma CPC 02 - diferenças cambiais	Equivalência Patrimonial	Perda de investimento	Efeito da norma CPC 02 – empréstimo com partes relacionadas	Perda de investimento líquido
TESA Transportadora de Energía S.A.	99.999		36	(235.155)	99,999%	(152.421)	(44.094)	(152.419)	73.426	(78.993)	(235.153)	159.983	(75.170)
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	99.99		6.593	(219.026)	99,99%	(140.572)	(46.834)	(140.558)	68.589	(71.969)	(219.004)	150.119	(68.885)
Total	_		6.629	(454.181)		(292.993)	(90.928)	(292.977)	142.015	(150.962)	(454.157)	310.102	(144.055)
	_						3	31/12/2017					
									Efeito da norma CPC 02 -			Efeito da norma CPC 02 – empréstimo com	Perda de
	Quantidade de			Patrimônio	Participação no	Resultado do	Variação	Equivalência	diferenças	Equivalência	Perda de	partes	investimento
	ações	Capital Social		Líquido	capital %	Exercício	Cambial	patrimonial	cambiais	Patrimonial	investimento	relacionadas	líquido
TESA Transportadora de Energía S.A.	99.999		36	(112.067)	99,999%	(39.087)	15.960	-	-	(39.087)	(112.066)		-
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	99.99		6.593	(100.211)	99,99%	(37.752)	15.183			(37.748)	(100.201)		
Total			6.629	(212.278)		(76.839)	31.143			(76.835)	(212.267)		

A movimentação dos investimentos está disposta no quadro abaixo:

		31/12/2018			31/12/2017	
	TESA	СТМ	TOTAL	TESA	CTM	TOTAL
Saldo inicial	(112.066)	(100.201)	(212.267)	(88.939)	(77.636)	(166.575)
Efeito da norma IAS21/CPC02 (R2)	159.983	150.119	310.102	-	-	-
Variação cambial	(44.094)	(46.834)	(90.928)	15.960	15.183	31.143
Equivalência patrimonial	(78.993)	(71.969)	(150.962)	(39.087)	(37.748)	(76.835)
Saldo final	(75.170)	(68.885)	(144.055)	(112.066)	(100.201)	(212.267)

Em 31 de dezembro de 2018 as controladas CTM e TESA, apresentam prejuízo acumulado e capital circulante negativo, sendo, portanto, economicamente dependente de seu acionista CIEN. A Administração da Companhia continuará a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades de suas controladas sempre que necessário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	2.404.984		15.855	23.165	2.444.004	15.855	(1.639.587)	804.417	846.912
Terrenos	2.762	-		-	2.762	-	-	2.762	2.762
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	83.234	-	5.503		88.737	5.503	(54.092)	34.645	32.395
Máquinas e Equipamentos	2.310.964	-	9.486	23.173	2.343.623	9.486	(1.580.934)	762.689	807.773
Veículos	5.352	-			5.352		(4.116)	1.236	1.554
Móveis e Utensílios	2.672	-	866	(8)	3.530	866	(445)	3.085	2.428
Administração	457	_	70	_	527	70	(300)	227	208
Máquinas e Equipamentos	302		70	-	372	70	(145)	227	208
Veículos	155	-	-	=	155	-	(155)	=	-
Total do ativo imobilizado em serviço	2.405.441	-	15.925	23.165	2.444.531	15.925	(1.639.887)	804.644	847.120
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em		T () ((1)		Valor Bruto em	Adições Líquidas =	Depreciação		
	31/12/2017	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	31/12/2018	(A)+(B)	Acum.	31/12/2018	31/12/2017
Transmissão	17.604	6.379	(15.855)	(37)	8.091	(9.513)	_	8.091	17.604
Máquinas e Equipamentos	9.519	6.429	(9.486)	(42)	6.420	(3.099)	-	6.420	9.519
Outros	8.085	(50)	(6.369)	5	1.671	(6.414)	-	1.671	8.085
Administração	24.024		(70)	(23.220)	734	(70)	_	734	24.024
Máquinas e Equipamentos	741	-	(70)	(92)	579	(70)	-	579	741
Outros	23.283		-	(23.128)	155	-	-	155	23.283
Total do ativo imobilizado em curso	41.628	6.379	(15.925)	(23.257)	8.825	(9.583)	-	8.825	41.628

			31/12/2018		31/12/2017			
Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)		Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	
Em serviço							<u> </u>	
Transmissão		2.444.004	(1.639.587)	804.417	2.404.984	(1.558.072)	846.912	
Custo Histórico	7,63%	1.333.352	(913.231)	420.121	1.294.332	(854.889)	439.443	
Reavaliação	6,28%	1.110.652	(726.356)	384.296	1.110.652	(703.183)	407.469	
Administração		527	(300)	227	457	(249)	208	
Custo Histórico	14,30%	649	(422)	227	579	(371)	208	
Reavaliação	13,44%	(122)	122	-	(122)	122	-	
Total do ativo imobilizado em ser	viço	2.444.531	(1.639.887)	804.644	2.405.441	(1.558.321)	847.120	
Em curso								
Transmissão		8.091	-	8.091	17.659	-	17.659	
Administração		734	-	734	23.969	-	23.969	
Total do ativo imobilizado em cur	so	8.825	-	8.825	41.628	-	41.628	
Total do Ativo Imobilizado		2.453.356	(1.639.887)	813.469	2.447.069	(1.558.321)	888.748	

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue

Adições do Ativo Imobilizado em	Material /	Serviços de Mã	ăo de Obra	Outros	Total
Curso	Equipamentos	Terceiros	Própria	Gastos	Total
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3	4	(121)	_	(113)
Máquinas e Equipamentos	5.135	723	564	7	6.429
Móveis e Utensílios	3	(8)	69	-	63
Veiculos	-	-	-	-	-
Total das Adições	5.141	719	512	7	6.379

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sitema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de transmissão de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As dez principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	Almoxarifado	2.848
2.	CABEAMENTO ESTRUTURADO	943
3.	MODERNIZAÇÃO PRÉDIO SE/ITÁ	562
4.	MODERNIZAÇÃO SISTEMA DRENAGEM	2.066
5.	ONDAS VIAJANTES	453
6.	PLACA SG101	533
7.	PLACAS QHLD516	1.103
8.	RETROFIT SISTEMA DE PROTEÇÃO YTA	767
9.	SECCIONAMENTO	870
10.	TRB-URBANIZ E BENFEI 6.000 M3	1.795

11. Intangível

A composição do intangível é como segue:

	Valor Bruto				Valor Bruto			Valor	Valor
Intangivel	em				em	Adições Líquidas =	Amortização	Liquido em	Liquido em
	31/12/2017	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	31/12/2018	(A)+(B)	Acum.	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	24.217	_	116		24.333	116	(791)	23.542	23.614
Servidões							-		
Softwares	1.121	_	116	55	1.292	116	(791)	501	51
Outros	23.096			(55)	23.041	-	-	23.041	23.09
Administração	1,416		410	_	1.826	410	(820)	1.006	843
Softwares	1.416		410		1.826	410	(820)	1.006	843
Total do ativo intangível em serviço	25.633	-	526	-	26.159	526	(1.611)	24.548	24.45
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	122	164	(116)	92	262	48	-	262	123
Servidőes	-	164			164	164	-	164	-
Softwares	136		(94)	56	98	(94)	-	98	130
Outros	(14)		(22)	36		(22)	-		(14
Administração	1.721	677	(410)		1.988	267	_	1.988	1.72
Softwares	1.721	677	(410)		1.988	267	-	1.988	1.72
Total do ativo intangível em curso	1.843	841	(526)	92	2.250	315		2.250	1.84
rotal as acro mangiver em curso	1.043	041	(320)	- 32	2.230	313		2.230	1.04.
Total do Ativo Intangível	27.476	841	-	92	28.409	841	(1.611)	26.798	26.300

		31/12/2018				31/12/2017			
Ativo Intangível	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido		
Em serviço	- , ,			•			•		
Transmissão		24.333	(791)	23.542	24.218	(603)	23.615		
Custo Histórico	20,00%	11.644	(4.237)	7.407	11.529	(4.054)	7.475		
Reavaliação	20,00%	12.689	3.446	16.135	12.689	3.451	16.140		
Administração		1.826	(820)	1.006	1.415	(573)	842		
Custo Histórico	20,00%	1.866	(871)	995	1.455	(624)	831		
Reavaliação	20,00%	(40)	51	11	(40)	51	11		
Total do ativo intangível em serviço		26.159	(1.611)	24.548	25.633	(1.176)	24.457		
Em curso									
Transmissão		262	-	262	121	-	121		
Administração		1.988	-	1.988	1.722		1.722		
Total do ativo intangível em curso		2.250	-	2.250	1.843	-	1.843		
Total do ativo intangível		28.409	(1.611)	26.798	27.476	(1.176)	26.300		

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A principal taxa anual de amortização que reflete a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, é a seguinte:

Taxa anual de amortização (%)

Software 20,00%

12. Fornecedores

	31/12/	/2018	31/12	/2017
	Cinnelanta	Não	Ciandanta	N2!!
	Circulante	circulante	Circulante	Não circulante
Materiais e serviços	7.986	-	9.595	-
Partes relacionadas (vide nota 14)	6.611	56.939	3.097	91.667
Total	14.597	56.939	12.692	91.667

13. Empréstimos e financiamentos

A Companhia ao longo do ano de 2018 liquidou os empréstimos abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES Finame		1.406	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	3,5% a.a.
BNDES Finame Seccionamento Empréstimos e financiamentos		12.070 13.476	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
Enel Brasil (vide Nota 14) Enel Brasil (vide Nota 14)		00.700	21/12/2015 15/09/2016	15/12/2017 15/00/2020	Mensal Mensal	Empréstimos Empréstimos	CDI +2,50% CDI +3,00%
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas		80.709					
Total de empréstimos e financiamentos		94.185					
Circulante Não circulante		5.418 88.767					

	BNDES	BNDES Finame		
	Finame	Seccionamento	Enel Brasil	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.406	12.070	80.709	94.185
Provisão de encargos	38	824	1.821	2.683
Variação Monetária	-	69	-	69
Amortização Principal	(1.404)	(12.095)	(80.710)	(94.209)
Pagamento de encargos	(40)	(868)	(1.820)	(2.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

		31/12/2018						
			Ati	vo	Pas	sivo	Resul	tado
Moeda	Encargos Financeiros	Natureza das operações	Circulante*	Não circulante*	Circulante*	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas financeira
USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	_	150.134	_	_	-	38.3
USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	_	159.985	_	_	_	39.6
			-	310.119				77.9
USD	N/A	Outras contas a pagar				3.785	_	
USD	N/A	Outras contas a receber		3.785				
ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	41.892	_	25.
ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	-	15.047		9.
Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	4.738	-	_	(3.
Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	78	-	-	•
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	553	-	-	-	3.899	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	491	-	-	-	4.258	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	31	-	-	-	360	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	66	_	_	_	752	
EURO	Segue disposição contratual	Serviços tecnologia ICT	_	_	680	_	_	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	69	_	_	_	717	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	461	_	893	_	4.750	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	1.587				11.293	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	49				580	
EURO	N/A	Serviços	_	_	222	_	_	
		•	3.307	3.785	6.611	60.724	26.609	31.
			3.307	313.904	6.611	60.724	26.609	108.

		31/12/2017						
			Ativo Passivo			Resul	tado	
Moeda	Encargos Financeiros	Natureza das operações	Circulante*	Não circulante*	Circulante*	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
USD	Libor + 4.00% a.a.	Mútuos	_	115.006	_	_	_	16.0
USD	Libor + 4.00% a.a.	Mútuos	_	117.109	_			16.1
Real	CDI + 3,00% a.a.	Mútuos	_			80.709	_	(18.4
				232.115		80.709	=	13.7
USD	N/A	Outras contas a pagar	-	_	_	3.232	_	
USD	N/A	Outras contas a receber	_	3.232	_	_	-	
ARG	N/A	Transporte de energia				67.111	(6.240)	9.8
ARG	N/A	Transporte de energia				24.556	(2.200)	3.6
Real	N/A	Outras contas a pagar	_	_	461	_	` .	
Real	N/A	Outras contas a pagar	_	_	_	_		
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	435		_	_	2.857	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	582	_	_	_	3.641	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	38	_	_	_	441	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	80			_	919	
EURO	Segue disposição contratual	Serviços tecnologia ICT	-	-	2.636	-	(2.016)	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	85	_	_	_	551	
Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	738			_	3.119	
EURO	N/A	Serviços						
		•	1.958	3.232	3.097	94.899	1.072	13.5
			1.958	235.347	3.097	175.608	1.072	27.3

^{*} Esses valores são classificados como concessionárias e permissionárias (Nota 7), empréstimos e financiamentos (nota 13), outros créditos, fornecedores (Nota 12) e outras obrigações.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 164 (R\$ 254 em 2017). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Segue abaixo a conciliação das taxas efetivas e nominais:

	31/12/2018		31/12	/2017
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	146.573	146.573	89.799	89.799
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(36.619)	(13.192)	(22.425)	(8.082)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(17.544)	(33.228)	(15.702)	(10.801)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(54.163)	(46.420)	(38.127)	(18.883)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(56.847)	(20.492)	(48.408)	(17.455)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.684	(25.928)	10.281	(1.428)
Total	(54.163)	(46.420)	(38.127)	(18.883)
Total efeito no resultado		(100.583)		(57.010)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2018	2017
Provisao para créditos de liquidação duvidosas	69.054	68.416
Provisão para ações judiciais e regulatórias	3.770	5.690
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	41.922	44.483
Variação cambial não realizadas	(94.987)	(66.972)
Reavaliação regulatória	(136.151)	(144.032)
Outras provisões	41.787	41.055
Total	(74.605)	(51.360)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

Provisões com risco provável

	31/12/2017		31/12/2018						
	Saldo acumulado	Adições	Atualizações Adições monetárias Pagamentos						
Trabalhista	36	(1)	-	-	35				
Cíveis	15.127	(6.900)	1.239	-	9.466				
Fiscais	1.415	-	23	-	1.438				
Total	16.578	(6.901)	1.262	-	10.939				

Contingências com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

τ	τ	7
١	Λ	1

Tipo	Requerente	Objeto	Avaliação da probabilidade de perda	Valor Total	Decisão preliminar	Status
Civil	Tractebel	A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999 pedindo a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada".	Esta baseada no fato da Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus conseqüentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 117.667, além de penalidades por indisponibilidade de potencia cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	N/A	O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa
Civil	Furnas	Projeto de implantação de rede básica de transmissão de energia - Garabi II	Esta baseada no fato da Furnas ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus conseqüentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 520.801 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas, que apresentou apelação	CIEN apresentou contra- razões ao recurso apresentado por Furnas, O julgamentoda apelação foi favorável a Cien, mantendo a sentença proferida. Todavia, a decisão ainda não foi publicada pelo Tribunal de Justiça.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo	Requerente	Objeto	Avaliação da probabilidade de perda	Valor Total	Decisão preliminar	Status
Fiscal	Fazenda Nacional	A receita federal está cobrando débitos de PIS e COFINS. A Companhia argumenta que tais débitos já encontram-se decaídos.	Possível	7.476	A decisão da primeira instância parcialmente favorável reconhecendo a nulidade de partes das Certidões de Divida Ative presentes na execução fiscal.	Aguardando o julgamento da apelação apresentada pela Companhia em relação a parte que lhe foi desfavorável.
					Decisão de segunda Instância desfavorável, mantendo os débitos	Aguardando decisão de novo recurso apresentada pela Companhia (Agravo)
Fiscal	Receita Federal	A companhia questiona valor remanescente de multa aplicada em auto de infração cujo o principal já foi pago.	Possível	11.920	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável à Companhia	Aguardando julgamento do recurso à segunda instância administrativa apresentado pela Companhia.
Fiscal	Estado do Rio Grande do Sul	Execução Fiscal apresentada pelo Estado do Rio Grande do Sul para cobrança de diferencial de aliquota de ICMS incidente nas importações de equipamentos feitas através do Estado do Rio de Janeiro e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, destinadas ao ativo fixo da companhia.	Possível	16.126	Decisão desfavorável à Companhia em agravo em Recurso Especial determinando o retomo dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado para novo julgamento.	Aguardando novo julgamento pelo Tribunal de Justiça

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	Ordinárias (unid	Ordinárias (unidades)			
	Quantidade	%			
Enel Brasil S.A.	285.044.681	99,99			
Outros	1	0,01			
Total	285.044.682	100,00			

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art.202, §3º, Il da Lei 6.404/76. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Em complemento a reserva de reforço de capital aprovada pelos acionistas, encontra-se registrado nas demonstrações do resultado regulatório a diferença apurada entre o resultado societário e o regulatório.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido societário do exercício, ajustado em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 25.

Os dividendos foram calculados com base nas demonstrações contábeis societárias e sua base de cálculo está assim composta:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido societário do exercicio	183.174	65.731
(-) Reserval legal	(9.159)	(3.287)
Lucro societário ajustado	174.015	62.444
Dividendos mínimos obrigatórios	43.504	-
Dividendos intercalares	-	38.000
Dividendos adicionais propostos	130.511	24.444

e) Reserva de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL n°396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição ("VNR") do ativo imobilizado e intangível em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

É reconhecido os impactos da conversão das demonstrações contábeis regulatórias de controladas no exterior, Compañia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas		
Disponibilização da rede de transmissão	320.916	313.443
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	25.998	11.528
Total da receita bruta de vendas	346.914	324.971
Deduções da receita bruta		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(9.231)	(7.766)
Programa de integração social - PIS	(5.724)	(5.362)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(26.365)	(24.698)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.014)	(2.832)
Taxa de fiscalização	(1.193)	(1.136)
Total de deduções de receita	(45.527)	(41.794)
Receita operacional líquida	301.387	283.177

19. Pessoal e administradores

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(12.694)	(10.831)
Remuneração	(6.951)	(5.409)
Encargos	(2.205)	(2.271)
Previdência - fundação - mantenedora	(196)	(187)
Assistência médica	(645)	(655)
Despesas rescisórias	(865)	(69)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(852)	(1.104)
Outros	(979)	(1.136)
Administradores	(173)	(164)
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	(156)	(163)
Benefícios dos administradores	(17)	(1)
Total	(12.867)	(10.995)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	36.331	28.351
Renda de aplicação financeira	2.336	4.803
Variação cambial ativa com partes relacionadas	143.276	51.692
Outras receitas Financeiras	-	2.367
Total das receitas financeiras	181.943	87.213
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	(1.821)	(18.452)
Encargos sobre empréstimos	(931)	(1.450)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.262)	(452)
Variação cambial passiva com partes relacionadas	(60.881)	(34.281)
Outras despesas Financeiras	(1.446)	(2.672)
Total das despesas financeiras	(66.341)	(57.307)
Total	115.602	29.906

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de fornecedores com partes relacionadas em moeda estrangeira, os quais referem-se, substancialmente, as despesas com transporte de energia incorridas pela Companhia junto à CEMSA e Constanera, os quais foram firmados em moeda estrangeira (dólar).

31/12/2018	31/12/2017
(56.939)	(91.667)
(3.785)	(3.232)
(60.724)	(94.899)
	(56.939) (3.785)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 5, 6 e 7.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6) e pelo patrimônio líquido da companhia.

d) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

		31/12/2018 31/		31/12/2018		1/12/2017	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	75.790	75.790	37.620	37.620	
Titulos e Valores mobiliarios	Valor justo por meio de resultado	2	36.170	36.170	7.779	7.779	
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	35.118	35.118	35.121	35.121	
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2	313.904	313.904	235.347	235.347	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	-	-	13.476	17.953	
Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	-	-	80.709	80.709	
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	71.536	71.536	104.359	104.359	

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o exercício de 2018 foi de R\$ 670 (R\$ 1.059 em 2017) no resultado do exercício.

23. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

	Data de vigência		Importância	Limite máximo
Risco	De	Até	segurada	de indenização
Risco Operacional	01/11/2018	31/10/2019	R\$ 1.748.493	R\$ 4.195.054
Responsabilidade Civil	01/11/2018	31/10/2019	n/a	R\$ 741.012

24. Reajuste tarifário

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP – Receita Anual Permitida) é devida pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. A RAP reajustada anualmente, no mês de julho, a partir da data do primeiro reajuste tarifário ocorrido em julho de 2011, compreendendo o período de 1º e julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente. Em junho de 2018 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.408 que estabeleceu as receitas anuais permitidas para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão sob sua responsabilidade com vigência a partir de 1º de julho de 2018.

Valores correspondentes para o período de 01 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019:

RAP (REH nº 2.408 de junho de 2018)	338.620
TFSEE (Despacho nº 1.578, de 13 de julho de 2018)	(1.300)
P&D	(3.227)
RGR (Despacho nº 1.791, de 08 de agosto de 2018)	(8.374)
PIS/COFINS	(29.852)
Receita anual líquida	295.867

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as informações regulatórias:

		2018			2017	
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Ativo circuante						
Caixa e equivalente de caixa	75.790	-	75.790	37.620	-	37.620
Títulos e valores mobiliários	36.170	-	36.170	7.779	-	7.779
Concessionárias e permissionárias	35.118	(2.353)	32.765	35.121	-	35.121
Tributos a compensar	10.475	-	10.475	13.868	-	13.868
Outros créditos	8.341	- (2.252)	8.341	9.871		9.871
Total do ativo circulante	165.894	(2.353)	163.541	104.259	-	104.259
Não circulante						
Tributos a compensar	25.098	-	25.098	25.098	-	25.098
Depósitos judiciais e cauções	623	-	623	578	-	578
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	232.115	-	232.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.747	(60.747)	-	92.672	(92.672)	-
Outros créditos	3.785		3.785	3.232		3.232
Imobilizado	429.172	384.297	813.469	481.223	407.525	888.748
Intangível	10.651	16.147	26.798	10.203	16.097	26.300
Total do ativo não circulante	530.076	339.697	869.773	845.121	330.950	1.176.071
Total do ativo	695.970	337.344	1.033.314	949.380	330.950	1.280.330
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	14.597	-	14.597	12.692	-	12.692
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	5.418	-	5.418
Salários, provisões e encargos sociais	2.411	-	2.411	2.802	-	2.802
Obrigações fiscais	10.338	-	10.338	9.831	-	9.831
Dividendos a pagar	43.504	-	43.504	-		-
Outras obrigações	16.249	-	16.249	16.936		16.936
Total do passivo circulante	87.099	-	87.099	47.679	-	47.679
Não circulante						
Fornecedores	56.939	-	56.939	91.667	_	91.667
Empréstimos e financiamentos		-	-	88.767	_	88.767
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista	s 10.939	-	10.939	16.578	_	16.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	74.605	74.605	-	51.360	51.360
Perda de investimento	22.169	121.886	144.055	212.267	-	212.267
Outras obrigações	3.785		3.785	3.232	-	3.232
Total do passivo não circulante	93.832	196.491	290.323	412.511	51.360	463.871
5						
Patrimônio líquido	005.045		005.045			
Capital social	285.045	-	285.045	285.045	-	285.045
Reserva de reavaliação	-	140.757	140.757	-	279.590	279.590
Outros resultados abrangentes	54.576	96	54.672	145.504	-	145.504
Reservas de lucros	175.418	440.050	175.418	58.641	- 070 500	58.641
Total do patrimônio líquido	515.039	140.853	655.892	489.190	279.590	768.780
Total dos passivos e patrimônio líquido	695.970	337.344	1.033.314	949.380	330.950	1.280.330

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

	2018			2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Descrite annual trade						
Receita operacional bruta Disponibilização do sistema de transmissão	346.914	_	346.914	324.971		324.971
Disponibilização do sistema de transmissão	346.914	 -	346.914	324.971		324.971
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos	/= ··			(5.000)		(5.000)
PIS Cofins	(5.724)	-	(5.724)	(5.362)	-	(5.362)
	(26.365)	-	(26.365)	(24.698)	-	(24.698)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D Reserva global de reversão - RGR	(3.014) (9.231)	-	(3.014) (9.231)	(2.832) (7.766)		(2.832) (7.766)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.193)		(1.193)	(1.136)		(1.136)
Taxa de Hodalização - 11 de E	(45.527)		(45.527)	(41.794)		(41.794)
Receita operacional líquida	301.387		301.387	283.177	- -	283.177
Custos e despesas Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(5.825)	_	(5.825)	(8.440)	-	(8.440)
Pessoal e administradores	(12.867)	-	(12.867)	(10.995)		(10.995)
Serviços de terceiros	(18.013)	_	(18.013)	(17.133)		(17.133)
Depreciação e amortização	(58.734)	(23.178)	(81.912)	(52.563)	(49.912)	(102.475)
Outras despesas operacionais	(837)		(837)	(7.406)	- 1	(7.406)
	(96.276)	(23.178)	(119.454)	(96.537)	(49.912)	(146.449)
Resultado da atividade	205.111	(23.178)	181.933	186.640	(49.912)	136.728
Equivalência patrimonial	(29.076)	(121.886)	(150.962)	(76.835)		(76.835)
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(66.341)	_	(66.341)	(57.307)	-	(57.307)
Receitas financeiras	181.943	-	181.943	87.213	-	87.213
	115.602	-	115.602	29.906	-	29.906
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	291.637	(145.064)	146.573	139.711	(49.912)	89.799
Imposto de renda e contribuição social correntes	(77.339)		(77.339)	(65.863)	_	(65.863)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(31.124)	7.880	(23.244)	(8.117)	16.970	8.853
Lucro líquido do exercício	183.174	(137.184)	45.990	65.731	(32.942)	32.789
Edulo IIquido do oxolololo	100.114	(107:104)	45.550	30.731	(02.012)	02.700
Atribuível Aos:						
Acionistas controladores	183.174		45.990	65.731		32.789
Acionistas não controladores (em reais)	0,00065		0,00016	0,00023		0,00012
Lucro por ação originado das operações Básico - Lucro (prejuízo) de operações	0,6517611317		0,1636394600	0,2338809599		0,1166682812
Atribuíveis a acionistas controladores	0,6517611294		0,1636394594	0,2338809591		0,1166682808
Detentores de ações ordinárias Diluído - lucro (prejuízo) de operações	0,6517611317		0,1636394600	0,2338809599		0,1166682812
Atribuíveis a acionistas controladores	0,6517611294		0,1636394594	0,2338809591		0,1166682808
Detentores de ações ordinárias	0,6517611317		0,1636394600	0,2338809599		0,1166682812
	.,					

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

25.1. Imobilizado

25.1.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos que têm-Valor Novo de Reposição ("VNR"). O VNR é o valor atribuído na reavaliação do ativo pela ANEEL. Os ativos que já foram reavaliados quando movimentados financeiramente pela depreciação e baixa, dar-se origem a montantes que apenas devem refletir na contabilidade regulatória, por regulamentação decorrente da Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei 11.638/2007. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

25.2. Intangível

25.2.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos que tem VNR. O VNR é o valor atribuído na reavaliação do ativo pela ANEEL. Os ativos que já foram reavaliados quando movimentados financeiramente pela depreciação e baixa, darse origem a montantes que apenas devem refletir na contabilidade regulatória, por regulamentação decorrente da Resolução n°396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei 11.638/2007. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
Patrimonio líquido societário Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	515.039	489.190
Reavaliação regulatória compulsória	1.053.611	1.052.715
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(652.271)	(629.093)
Tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação regulatória	(136.152)	(144.032)
Prov-Clientes Incobr-IFRS9	(2.353)	-
CPC42/IAS29-Economia hiperinflacionária	(121.982)	-
Patrimonio líquido regulatório	655.892	768.780

27. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017
Lucro líquido societário	183.174	65.731
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Depreciação sobre a reavaliação regulatória compulsória	(23.178)	(49.912)
Diferido sobre a reavaliação regulatória compulsória	7.880	16.970
CPC42/IAS29-Economia hiperinflacionária	(121.886)	-
Lucro líquido regulatório	45.990	32.789

Niterói - RJ, 30 de abril de 2019.

Guilherme Gomes Lencastre Diretor Presidente

Carlos Ewandro Naegele Moreira Diretor de Recursos Humanos e Organização

Raffaele Enrico Grandi Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle

> José Nunes de Almeida Neto Diretor de Relações Institucionais

> > Margot Frota Cohn Pires Diretora de Compras

Guilherme Gomes Lencastre Diretor de Operações

> Raffaele Enrico Grandi Diretor Administrativo

Anna Paula Hiote Pacheco Diretor de Regulação

Déborah Meirelles Rosa Brasil Diretora Jurídica

Janaína Savino Vilella Carro Diretora de Comunicação